

# **PROJETO DE LEI N.º 3.038-A, DE 2024**

(Da Sra. Adriana Ventura)

Altera a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para vedar a cobrança de inscrição suplementar para o exercício profissional; tendo parecer da Comissão de Saúde, pela aprovação (relatora: DEP. SILVIA CRISTINA).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

SAÚDE:

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

## **APRECIAÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

#### SUMÁRIO

- I Projeto inicial
- II Na Comissão de Saúde:
  - Parecer da relatora
  - Parecer da Comissão

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Da Sra. ADRIANA VENTURA)

Altera a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para vedar a cobrança de inscrição suplementar para o exercício profissional.

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que "Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral", passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3°
Parágrafo único

III – dispor sobre a exigência de inscrição suplementar para o exercício profissional em mais de uma unidade da Federação." (NR)

"Art. 5°	
, u. c. O	

Parágrafo único. O registro profissional emitido em um Conselho Regional de qualquer unidade da Federação terá validade em todo o território nacional, sendo vedadas:

I – a exigência de inscrição suplementar;

II – a cobrança de anuidade por mais de uma unidade da
Federação para o mesmo profissional ou pessoa jurídica." (NR)





Art.	6°	 									

§ 2º O valor exato da anuidade, o desconto para profissionais recém-inscritos, os critérios de isenção para profissionais, as regras de recuperação de créditos, as regras de parcelamento, garantido o mínimo de 5 (cinco) vezes, e a concessão de descontos para pagamento antecipado ou à vista, serão estabelecidos pelos respectivos Conselhos Federais, vedada a cobrança de anuidade por mais de uma unidade da Federação para o mesmo profissional ou pessoa jurídica." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Os Conselhos Profissionais, com natureza jurídica de autarquias, têm por competência a fiscalização do exercício profissional daqueles que lhes são subordinados. Tal atribuição decorre do entendimento pacificado de que a regulamentação de uma determinada profissão está vinculada ao risco potencial que o seu exercício acarreta à população quando exercida por pessoas despreparadas, situação que permite excepcionar o princípio constitucional da liberdade de trabalho.

Para o exercício de suas competências, aos Conselhos é permitido, entre outras atribuições, o registro dos profissionais, com o consequente pagamento de anuidades.

Ocorre que em muitas situações, o profissional que obtém o seu registro em uma determinada unidade da Federação, quando deseja atuar em unidade diversa daquela onde efetuou a sua inscrição principal, se vê obrigado a realizar uma inscrição suplementar e a efetuar um pagamento adicional ou, por assim dizer, uma nova anuidade.

Observe-se que uma das justificações para caracterizar esses Conselhos como autarquias, portanto, como entidades integrantes da





Apresentação: 05/08/2024 17:50:06.600 - MESA

Desse modo, a cobrança de anuidade para o exercício profissional por mais de um Conselho Regional para um mesmo profissional e em face de um mesmo fato gerador caracteriza, a nosso ver, uma bitributação, tendo um efeito meramente arrecadatório.

É contra essa prática que nos insurgimos com o presente projeto. Ressalte-se que a proposta não exime o profissional de pagar uma anuidade para o exercício da profissão, mas restringe esse pagamento apenas à unidade da Federação onde exercerá predominantemente a sua atividade, sendo a exigência de uma inscrição suplementar um fator que compromete o livre exercício profissional.

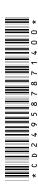
Nossa iniciativa também visa a reduzir a burocratização dos meios de trabalho. Se pegarmos o exemplo da área de saúde, é cada vez mais comum a prática, por exemplo, da telemedicina, da telefarmácia e de outras formas modernas de exercício profissional à distância. Nesse caso, a prevalecer a cobrança em duplicidade feita por muitos Conselhos, um médico estará impedido de atender um paciente que se encontre em uma unidade da Federação distinta da sua, sendo que esse atendimento é possível até mesmo internacionalmente.

Por fim, cabe ressaltar que tal situação se contrapõem às profissões regulamentadas que não possuem Conselho e cujo registro se dá no âmbito do Ministério do Trabalho. Além de não pagarem anuidade, a identidade funcional desses profissionais permite-lhes o exercício da profissão em todo o território nacional.

Não restam dúvidas de que o projeto que ora submetemos a esta Casa tem elevado interesse público, razão pela qual, estamos certas de que contaremos com o apoio de nossos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2024.





Apresentação: 05/08/2024 17:50:06.600 - MESA





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 12.514, DE 28 DE OUTUBRO DE 2011	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2011-10-28;12514
LEI Nº 6.932, DE 7 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:l
JULHO DE 1981	ei:1981-07-07;6932

### COMISSÃO DE SAÚDE PROJETO DE LEI Nº 3.038, DE 2024

Altera a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para vedar a cobrança de inscrição suplementar para o exercício profissional.

Autora: Deputada ADRIANA VENTURA Relatora: Deputada SILVIA CRISTINA

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise propõe três alterações à Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que visam a desobrigar os profissionais em geral de inscrições suplementares em seus respectivos conselhos de classe para o exercício profissional em mais de uma unidade da federação (UF).

A nobre autora, deputada Adriana Ventura, pondera que, se o profissional está habilitado para exerces suas atividades em todo o território nacional, não há por que exigir-se a inscrição em mais de uma UF. Considera que, em face da natureza tributária das anuidades, a cobrança de mais de uma inscrição se assemelharia a bitributação do mesmo fato gerador. Ademais, a exigência em tela representa excesso de burocracia para o exercício profissional.

Foi distribuído às Comissões de Saúde; Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.





### **II - VOTO DA RELATORA**

Cabe a este Colegiado a análise da proposição quanto ao mérito da saúde pública e individual, nos termos regimentais. Eventuais ponderações acerca da adequação financeira ou orçamentária e da constitucionalidade, adequação regimental, juridicidade e técnica legislativa deverão ser apontadas pelas próximas comissões.

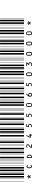
Como relatado, o projeto de lei em análise propõe três alterações à Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que visam a desobrigar os profissionais em geral de inscrições suplementares em seus respectivos conselhos de classe para o exercício profissional em mais de uma unidade da federação. Além de não ser mais necessário o profissional se inscrever em mais de um conselho, não será mais permitida a cobrança de mais de uma anuidade.

A nobre autora pondera que, se o profissional está habilitado para exerces suas atividades em todo o território nacional, não há por que exigir-se a inscrição em mais de uma Unidade da Federação, visto que, o profissional já está habilitado por uma delas. É importante considerar que, em face da natureza tributária das anuidades, a cobrança de mais de uma inscrição se assemelharia a bitributação do mesmo fato gerador. Ademais, a exigência em tela representa excesso de burocracia para o exercício profissional de várias categorias.

Não há como não concordar com os argumentos apontados pela insigne deputada Adriana Ventura. É inquestionável que a necessidade de inscrição em mais de um conselho não traz nenhum benefício adicional para a população nem para a categoria. Pelo contrário, impõe barreiras desnecessárias para a execução das atividades de trabalho.

Como citado na justificação da propositura, a área de saúde – inserta em nosso âmbito de análise – tem adotado cada vez mais a prática de atendimentos a distância, com grande benefício para habitantes de regiões desassistidas. Hoje, um médico com uma especialização mais especifica residente em São Paulo, por exemplo, pode atender com excelência um paciente que se encontra no interior do Estado de Rondônia, onde possivelmente não teria profissionais com expertise na área. Isso representa grande avanço para a saúde pública em nosso país.





Se faz necessário parabenizar a autora pela sensibilidade e pela importante contribuição social que irá impactar positivamente a vida de milhares de trabalhadores em todo o território nacional, visto que atualmente, vivemos em uma realidade onde profissionais precisam ter liberdade de atuação, e não restrições.

Diante do exposto, voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.038, de 2024.

Sala da Comissão, em de de 2024.

SILVIA CRISTINA DEPUTADO FEDERAL PP/RO







#### Câmara dos Deputados

### **COMISSÃO DE SAÚDE**

PROJETO DE LEI Nº 3.038, DE 2024

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Saúde, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.038/2024, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Silvia Cristina.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Zé Vitor - Presidente, Dr. Ismael Alexandrino e Rosângela Reis - Vice-Presidentes, Adriana Ventura, Allan Garcês, Amom Mandel, Ana Pimentel, Andreia Sigueira, Antonio Andrade, Célio Silveira, Clodoaldo Magalhães, Coronel Meira, Dimas Fabiano, Dorinaldo Malafaia, Dr. Frederico, Dr. Luiz Ovando, Dr. Zacharias Calil, Eduardo Velloso, Ely Santos, Enfermeira Ana Paula, Flávia Morais, Iza Arruda, Jandira Feghali, Jorge Solla, Juliana Cardoso, Osmar Terra, Padre João, Paulo Litro, Ribamar Silva, Ricardo Abrão, Robério Monteiro, Roberto Monteiro Pai, Silvia Cristina, Vermelho, Weliton Prado, Alice Portugal, Augusto Puppio, Aureo Ribeiro, Bruno Ganem, Cabo Gilberto Silva, Carla Dickson, Delegado Paulo Bilynskyj, Diego Garcia, Dimas Gadelha, Dr. Jaziel, Dra. Alessandra Haber, Enfermeira Rejane, Fernanda Pessoa, Fernando Rodolfo, Geovania de Sá, Igor Timo, Luciano Ducci, Marcos Tavares, Maria Rosas, Marussa Boldrin, Misael Varella, Murillo Gouvea, Paulo Folletto, Professor Alcides, Ricardo Barros, Ricardo Maia e Rogéria Santos.

Sala da Comissão, em 17 de junho de 2025.





### **FIM DO DOCUMENTO**